

Mauro Cid pode não ter o benefício que esperava

Para Gonet, o tenente-coronel não cumpriu os requisitos

Por Karoline Cavalcante

Além de pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação dos oito integrantes do “núcleo crucial” da suposta tentativa de golpe de Estado em 2022, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, também defendeu que a pena do tenente-coronel Mauro Cid — ex-ajudante de ordens do então presidente Jair Bolsonaro (PL) e delator no processo — seja reduzida em proporção menor do que a estipulada originalmente no acordo firmado com a Justiça.

O parecer foi protocolado às 23h45 da segunda-feira (14), poucos minutos antes do fim do prazo. Segundo Gonet, a colaboração de Cid apresentou inconsistências, omissões e descumprimento de compromissos assumidos com a Justiça. “Diante do comportamento contraditório, marcado por omissões e resistência ao cumprimento integral das obrigações pactuadas, entende-se que a redução da pena deva ser fixada em patamar mínimo”, afirma o procurador-geral. O Ministério Público sugere, portanto, a redução de apenas 1/3 da pena pelos crimes imputados.

Na avaliação da PGR, Cid não preenche os requisitos para benefícios como o perdão judicial, a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, ou a redução máxima de dois terços, vantagens condicionadas a uma colaboração “efetiva, integral e pautada pela boa-fé”, segundo Gonet.

Descumprimento

Os problemas com Mauro Cid chegaram a levar os advogados dos demais réus, como



Ton Molina/STF

Para Gonet, Mauro Cid não teria agido com a “boa fé” esperada na colaboração

Celso Villardi, que defende Bolsonaro, a pedir a anulação da delação premiada.

Para exemplificar os indícios de descumprimento do acordo, o documento cita episódios revelados pela revista Veja, como áudios enviados por Cid em que ele ataca o STF e a Polícia Federal, além da suspeita de que teria utilizado um perfil falso no Instagram — “@gabriela702” — para entrar em contato com o advogado Eduardo Kunz, defensor do coronel do Exército Marcelo Costa Câmara, ex-assessor de Bolsonaro e também réu na ação penal. Na ocasião, a Meta, instada a se manifestar, confirmou que o perfil em questão foi criado a partir de um e-mail vinculado ao nome do ex-ajudante de ordens.

No entanto, a Procuradoria ressalta que a questão ainda está sob apuração, não sendo possível, por ora, atribuir ao réu a autoria dos acessos. Mesmo que confirmada a vincula-

ção do perfil ao ex-ajudante de ordens, isso não invalidaria, por si só, a legalidade do acordo de colaboração premiada, cuja regularidade e espontaneidade foram reconhecidas ao longo do processo. Segundo Gonet, o episódio, se comprovado, apenas reforçaria o caráter ambíguo da conduta do colaborador, que, paralelamente à cooperação oficial, teria buscado restabelecer contato com outros investigados e obter vantagens indevidas.

“Ao lado dos benefícios trazidos à instrução processual, o comportamento do colaborador igualmente ensejou prejuízos relevantes ao interesse público e à higidez da jurisdição penal, exigindo criteriosa ponderação quanto à concessão das benesses previstas em lei”, afirma o trecho. “Registre-se, nesse sentido, que a omissão de fatos graves, a adoção de uma narrativa seletiva e a ambiguidade do comportamento prejudicam apenas o próprio

réu, sem nada afetar o acervo probatório desta ação pena”, prossegue o procurador.

Núcleo Crucial

Para Gonet, ficou evidente que o grupo atuou com o objetivo de derrubar o governo legitimamente eleito e manter-se no poder de forma autoritária, sob liderança direta do então presidente Jair Bolsonaro.

Além de Bolsonaro e de seu ex-ajudante de ordens, compõem o chamado “núcleo crucial” da trama golpista o ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto — que foi candidato a vice na chapa derrotada em 2022; o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno; o deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, e o ex-comandante da Marinha Almir Garnier.

Eduardo Bolsonaro avalia possibilidade de renúncia

Por Karoline Cavalcante

Termina neste domingo (20) o prazo da licença solicitada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-RJ) para se afastar das atividades na Câmara dos Deputados. Ainda não há uma definição oficial sobre o futuro do parlamentar, mas ele já sinaliza a possibilidade de renunciar ao mandato e permanecer nos Estados Unidos, onde está desde março deste ano. A decisão estaria ligada ao receio de ser responsabilizado criminalmente por supostamente ter articulado, junto à Casa Branca, medidas contra o governo brasileiro.

Segundo parlamentares da oposição ouvidos pelo Correio da Manhã, no entanto, o retorno de Eduardo Bolsonaro ao Brasil ainda pode ser adiado. Isso porque o recesso parlamentar começa já nesta sexta-feira (18). Por esse entendimento, qualquer exigência de reapresentação ficaria para o dia 4 de agosto, quando os trabalhos na Câmara são retomados.

Estratégias

Nos bastidores, aliados trabalham com duas estratégias para estender o afastamento. A primeira é um projeto apresentado no início de julho pelo líder do Partido Liberal na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que propõe permitir a prorrogação, por



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Eduardo Bolsonaro tenta ganhar tempo na volta ao Brasil

uma única vez, da licença para tratar de assuntos particulares. A segunda é uma também proposta de alteração do Regimento Interno, apresentada em junho pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que visa autorizar o exercício remoto do mandato parlamentar.

Em entrevista à reportagem, Sóstenes admitiu que o tempo é curto para votar qualquer uma das matérias antes do recesso, mas garantiu que há margem para articulações até agosto. Ele também afirmou que Eduardo tem direito a algumas ausências justificadas mesmo após o fim da licença, o que estenderia ain-

da mais o prazo antes de uma eventual definição sobre seu retorno.

Na segunda-feira (14), Eduardo chegou a dizer que somente voltará quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, não mais tiver força para prendê-lo. “Eu estou me sacrificando, sacrificando o meu mandato”, afirmou.

“Tenho dois caminhos bem claros: seguir nos Estados Unidos trabalhando na nossa causa ou retornar para ser preso. Acho que ninguém duvida que eu seria preso se eu retornar para o Brasil”, completou o de-

putado. A declaração foi feita ao jornal O Estado de S. Paulo.

Cenário delicado

Na avaliação do cientista político André Rosa, o atual cenário torna ainda mais delicado o possível retorno de Eduardo Bolsonaro ao Brasil. Na segunda-feira, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por supostamente liderar uma tentativa de golpe de Estado para se manter no poder após as eleições de 2022.

Eduardo, filho do ex-chefe do Executivo, mudou-se para os Estados Unidos durante esse período, alegando que sua intenção era denunciar, no exterior, supostas violações de direitos humanos no Brasil e o andamento do julgamento relacionado à tentativa de golpe.

Na última semana, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), fez duras críticas ao Judiciário brasileiro e saiu em defesa de Bolsonaro. Além disso, anunciou que, a partir de 1º de agosto, aplicará uma sobretaxa de 50% aos produtos brasileiros.

Diante desse cenário, Rosa observa que pautar esses temas opositoristas poderá “não pegar muito bem” para o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). “Não sei até que ponto vale a pena esticar essa corda”, avaliou o especialista.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Valter Campanato/Agência Brasil



Copo de Lula está mais cheio, mas ainda meio vazio

Pesquisa: governo comemora, mas esperava um pouco mais

A pesquisa Atlas/Bloomberg que mostrou uma recuperação de popularidade do presidente Lula e a aprovação de sua política externa foi comemorada — mas com ressalvas — no governo.

Para o Planalto e aliados no Congresso, o levantamento é importante por mudar a tendência de desaprovação e de sugerir um empate entre os que gostam e os que não gos-

tam do governo.

Mas, no fundo, o petismo esperava que, depois de três semanas de ataques bem aplicados nas redes sociais, o placar fosse um pouco mais favorável.

Desde o fim de junho que o Planalto e o PT conseguiram emplacar motes como a história do pobres contra ricos, justiça social, Congresso inimigo do povo e resistência à ofensiva de Donald Trump.

Resiliência

Na avaliação de petistas históricos, a variação, ainda que favorável, de apenas quatro pontos entre índices de aprovação e reprovação demonstra a “resiliência” da extrema direita e ressalta que a briga política é maior e mais ampla, não se resolve com algumas notícias.

Vitória

A interrupção do movimento de queda na popularidade de Lula reforçou a posição dos que incentivaram a postura de maior embate nas redes sociais. Pela primeira vez desde a ascensão do bolsonarismo, a esquerda conseguiu sair vencedora nesse campo.

Lula Marques/Agência Brasil



Vice Geraldo Alckmin se reuniu com empresários

Planalto quer buscar consenso com exportadores

Passados os primeiros momentos de reação e de afirmação enfática da soberania brasileira, o governo quer, agora, aproveitar a crise para se aproximar de empresários, principalmente do pessoal do agro, mais resistente ao petismo e mais entusiasmado da direita.

A estratégia, agora, passa a ser a busca de con-

sensos, de denominadores comuns — e de tentar impedir qualquer divisão.

A ordem do Planalto inclui diminuir o peso da questão política presente em toda essa história e tão ressaltada por Lula, pelo ex-presidente e aliados. O que se quer é dar a ideia de busca de solução para algo que afeta o país como um todo.

Contraponto

Uma postura sóbria serviria até de contraponto às brigas na oposição, especialmente entre o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). No centro desta briga está a questão política e a anistia.

Queridinho

A derrapada de Tarcísio, que, num primeiro momento não foi solidário às empresas brasileiras, tem sido comemorada. Como quem não quer nada, o governo quer passar a imagem de o governador, queridinho da Faria Lima, priorizou sua fidelidade ao bolsonarismo.

Dinheiro no caixa

Na avaliação do governo, os empresários, principalmente os do campo, podem até estar preocupados com a provável prisão do aliado Jair Bolsonaro, mas querem mesmo é saber de seus negócios e de seus lucros, agora ameaçados pelo governo norte-americano.

Futuro

Apesar das batidas de cabeça da oposição, o Planalto não tem uma leitura mais concreta do que poderá ocorrer no Congresso daqui pra frente. Como a coluna mostrou ontem, a discussão da anistia deve ser mais uma vez adiada, mas o caso IOF depende de conversas com o STF.